



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2021-0089**  
**BI-2021-0090**

## 1 – Dados da inspeção

**Data:** 23/09/2021      **Hora:** 14h20      **Tipo:** Ação Direta

**Âmbito:** Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Paulo Pires

**Outros inspetores da IRA:** António Moutinho

### Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador. O operador fez-se representar pelo responsável do estabelecimento, Eng. André Vieira, o qual forneceu os esclarecimentos necessários, facultou acesso à documentação relevante e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.*

## 2 – Estabelecimento inspecionado

### 2.1 – Detentor do estabelecimento

**Firma:** Galp Açores – Distribuição e Comércio de Combustíveis, SA      **NIPC:** 512044635

**Sede:** Av. Príncipe do Mónaco, n.º 6, 2.º D.to

**Código Postal:** 9500-237

**Freguesia:** Santa Clara

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** São Miguel

### 2.2 – Operador do estabelecimento

**Firma:** SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, SA      **NIPC:** 512000549

**Sede:** Rua Maestro Edmundo Machado Oliveira n.º 22



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Código Postal:** 9500-732

**Freguesia:** Santa Clara

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

### 2.3 – Estabelecimento inspecionado

**Nome:** Parque CL da Horta

**Endereço:** Monte Queimado

**Código Postal:** 9900-062

**Freguesia:** Horta (Angústias)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade:** 52102 - Armazenagem não frigorífica

**Outras atividades:**

**Período de funcionamento**

**Licenciamento da atividade:**

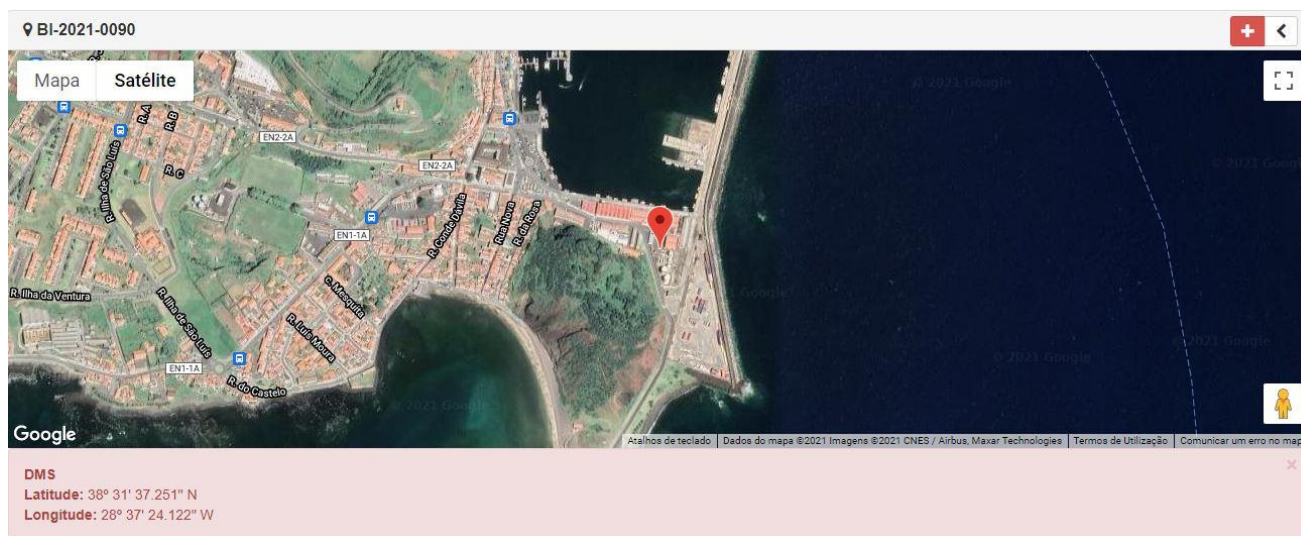


Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Enquadramento do estabelecimento

**Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento <sup>a)</sup>:**

Substância	Categoria (parte I anexo I)	Substância designada (parte II anexo I)	Quantidade máxima (t)
Gasolina		34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	334
JET A1			504
Gasóleo			1775

<sup>a)</sup> Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Tinha armazenadas no estabelecimento 13,6 toneladas (15 m<sup>3</sup>) de óleo lubrificante GALP AURELIA TI 4030. De acordo com as características de perigosidade constantes da ficha de dados de segurança, este produto não se encontra abrangido pelo anexo I do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

**Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas:**

Atividade	Descrição sumária da atividade																																	
Receção de substâncias perigosas	<p>Os produtos petrolíferos são recebidos por oleoduto a partir de navio tanque atracado no Porto da Horta. Existem dois oleodutos, sendo um para Jet e outro para os restantes produtos. A separação entre produtos (no oleoduto para gasóleo e gasolina) é feita com água que posteriormente é extraída em purgas. As purgas são encaminhadas para um separador de hidrocarbonetos. A receção de produto é feita com os recursos humanos e materiais do próprio estabelecimento e com apoio de um piquete dos Bombeiros Voluntários da Horta.</p> <p>Em média é realizada uma receção de produtos por mês.</p>																																	
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>Os principais tanques de armazenamento do estabelecimento encontram-se identificados no quadro seguinte:</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m³)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>Tk1</td><td>50</td><td>Jet A-1</td></tr><tr><td>Tk2</td><td>100</td><td>Jet A-1</td></tr><tr><td>Tk3</td><td>50</td><td>Jet A-1</td></tr><tr><td>Tk4</td><td>380</td><td>Gasolina</td></tr><tr><td>Tk5</td><td>200</td><td>Jet A-1</td></tr><tr><td>Tk6</td><td>200</td><td>Jet A-1</td></tr><tr><td>Tk7</td><td>1100</td><td>Gasóleo</td></tr><tr><td>Tk8</td><td>1100</td><td>Gasóleo</td></tr><tr><td>Tk9</td><td>50</td><td>Gasolina</td></tr><tr><td>Tk10</td><td>50</td><td>Escorras</td></tr></table>	Reservatório	Capacidade (m³)	Produto	Tk1	50	Jet A-1	Tk2	100	Jet A-1	Tk3	50	Jet A-1	Tk4	380	Gasolina	Tk5	200	Jet A-1	Tk6	200	Jet A-1	Tk7	1100	Gasóleo	Tk8	1100	Gasóleo	Tk9	50	Gasolina	Tk10	50	Escorras
Reservatório	Capacidade (m³)	Produto																																
Tk1	50	Jet A-1																																
Tk2	100	Jet A-1																																
Tk3	50	Jet A-1																																
Tk4	380	Gasolina																																
Tk5	200	Jet A-1																																
Tk6	200	Jet A-1																																
Tk7	1100	Gasóleo																																
Tk8	1100	Gasóleo																																
Tk9	50	Gasolina																																
Tk10	50	Escorras																																



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

	Os tanques tk1 a tk9 são de montagem aérea, sendo 4 cilíndricos horizontais (tk1, tk2, tk3 e tk9) e 5 cilíndricos verticais. O tanque tk10 é cilíndrico horizontal, subterrâneo.
Utilização / transformação de substâncias perigosas	As substâncias armazenadas destinam-se a ser expedidas sem qualquer transformação. O estabelecimento está dotado de uma estação de bombagem que permite fazer a movimentação dos produtos armazenados: <ul style="list-style-type: none"><li>• entre tanques;</li><li>• dos tanques de armazenagem para a ilha de enchimento de carros tanque;</li><li>• dos tanques de armazenagem para o terminal portuário.</li></ul>
Expedição de substâncias perigosas	Os produtos podem sair do estabelecimento através de carros tanque, que são abastecidos na ilha de enchimento, ou através de oleoduto para o porto.
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como descarga de navios, movimentação de produtos dentro do estabelecimento e algumas reparações são executadas pelo pessoal afeto ao operador do estabelecimento.  Outras atividades de manutenção, reparação, substituição de equipamentos, inspeções obrigatórias, etc., são da responsabilidade da empresa proprietária do estabelecimento.

**Classificação do estabelecimento:**

**Início de atividade:** 1981

**Enquadramento no DL 150/2015:** Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

**Classificação quanto à perigosidade:** Estabelecimento de nível inferior

**Outros aspetos relevantes para a verificação dos requisitos legais aplicáveis:**

Aspeto	Sim	Não	Observações
a) O estabelecimento integra um grupo de efeito dominó?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
b) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao inventário de substâncias perigosas (tipo ou quantidades)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
c) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao estabelecimento que possa configurar uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
d) Foi efetuado (ou está previsto) o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento (total ou parcial)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

**Observações:**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4 – Instrumentos de prevenção – nível inferior ou nível superior

##### 4.1 – Dever de comunicação

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passou a estar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador atualizou a comunicação previamente a alguma das seguintes situações? <ul style="list-style-type: none"><li>• Alteração substancial do estabelecimento, com implicações na alteração da informação constante da comunicação anterior;</li><li>• Alteração da classificação das substâncias perigosas presentes, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento (nível inferior para superior ou vice-versa);</li><li>• Alteração do nome ou denominação social do operador ou do endereço do estabelecimento;</li><li>• Alteração da sede social e endereço do operador;</li><li>• Alteração do responsável do estabelecimento.</li></ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador comunicou previamente o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver substâncias perigosas no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

##### Observações:

Mantinha-se em vigor a comunicação efetuada à Autoridade Ambiental em 03/08/2016. Não foram identificadas modificações que obrigassem a nova atualização.

##### 4.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu uma política de prevenção de acidentes graves, que consta de documento escrito?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A política de prevenção de acidentes graves é proporcional ao perigo de acidentes graves e inclui os aspetos seguintes? <ul style="list-style-type: none"><li>• Objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente;</li><li>• O papel e a responsabilidade da gestão de topo;</li><li>• O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.</li></ul>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada de cinco em cinco anos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada na sequência da introdução de uma alteração substancial no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Observações:**

A política de prevenção é revista anualmente juntamente com os restantes aspetos do Sistema de Gestão de Segurança para a Prevenção de Acidentes Graves, no âmbito da reunião da revisão pela gestão (última realizada em 31/03/2021). A última atualização do documento foi efetuada em 17/03/2014.

**4.3 – Plano de emergência interno (PEI) / Plano de emergência interno simplificado (PEIS)**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> elaborou um PEI /PEIS previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> elaborou um PEI /PEIS no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo foram consultados pelo operador de <b>estabelecimento de nível superior</b> para efeitos de elaboração e da atualização do PEI?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O PEI /PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado pelo menos de 3 em 3 anos?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O PEI / PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O PEI / PEIS foi colocado à disposição da IRA, sempre que solicitado?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

A última versão do plano de emergência interno datava de junho de 2018 pelo que deveria ter sido revista até final de junho de 2021. À data da inspeção estava a decorrer o processo de revisão, aguardando a realização de consulta interna e externa e aprovação superior.

**4.4 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência (PEI / PEIS)**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>estabelecimento de nível inferior</b> realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de dois em dois anos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de <b>estabelecimento de nível superior</b> realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de uma vez por ano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento que integre um <b>grupo de efeito dominó</b> realizou exercícios conjuntos com os restantes operadores com a periodicidade mínima de 3 em 3 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência foram comunicados com uma antecedência mínima de 10 dias?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

Realizou um exercício em maio de 2019 e outro no dia 06/05/2021. O agendamento do exercício de 2021 foi comunicado às entidades no dia 20/04/2021.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.5 – Informação ao público

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador elaborou, divulgou e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A informação disponível ao público foi atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando tenha ocorrido uma alteração substancial do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

A informação encontrava-se disponível no site do operador – [www.saaga.pt](http://www.saaga.pt). A última atualização datava de 13/02/2019.

#### 4.6 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) No prazo de 30 dias após receber a comunicação de que integra um grupo de efeito dominó, o operador enviou aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo a informação mínima obrigatória? <ul style="list-style-type: none"><li>• Descrição das atividades desenvolvidas;</li><li>• Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança;</li><li>• Se for um <b>estabelecimento de nível superior</b>, representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó.</li></ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador teve em consideração a informação que recebeu dos estabelecimentos do grupo de efeito dominó para efeitos de revisão da sua política de prevenção de acidentes graves, do sistema de gestão da segurança, do relatório de segurança, do plano de emergência interno e da informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:**

#### 4.7 – Zonas de perigosidade

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> ou de estabelecimento sujeito a <b>alteração substancial</b> submeteu o respetivo projeto para avaliação de compatibilidade de localização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) No caso de aprovação condicionada do processo, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a decisão da autoridade ambiental que ateste a compatibilidade de localização do projeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
d) O operador de <b>estabelecimento existente de nível superior</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de um ano após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O operador de <b>estabelecimento existente de nível inferior</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de dois anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) O operador de <b>outro estabelecimento</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
g) O operador enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento antes da entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:**

A proposta fundamentada das zonas de perigosidade foi remetida à autoridade ambiental no dia 28/11/2017.

## 5 – Instrumentos de prevenção – nível superior

### 5.1 – Relatório de segurança

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorresse que o estabelecimento passasse a ser de nível superior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança previamente à introdução de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança periodicamente, de cinco em cinco anos, a contar da data da submissão da informação relativa à última revisão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança na sequência de um acidente grave no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança por sua iniciativa ou a pedido da autoridade ambiental, justificado por novos factos ou para ter em consideração novos conhecimentos técnicos relativos à segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
g) No caso de ter considerado não ser necessária a atualização do relatório de segurança, na sequência da revisão efetuada, o operador apresentou a fundamentação dessa opção?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
h) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a aprovação dos relatórios de segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
i) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança ou das suas atualizações, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:**

**5.2 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador apresentou à autoridade ambiental, até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) A auditoria mencionada no ponto anterior foi realizada por verificadores qualificados pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:**

**5.3 – Informação para elaboração do plano de emergência externo**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, no prazo de 18 meses a contar da data em que passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo por ocasião da revisão do plano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:**

**6 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves**

**6.1 – Garantia de meios e estruturas adequados**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de estabelecimento de nível superior garantiu a existência de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
b) O operador de <b>estabelecimento de nível inferior</b> garantiu a existência de sistemas de gestão adequados para a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador garantiu a existência de meios e estruturas adequadas para estabelecer, implementar, manter e melhorar de forma contínua a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

A implementação da política de acidentes graves era evidenciada mediante um conjunto de procedimentos e registos que configuram um sistema de gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG).

O estabelecimento encontrava-se abrangido por sistemas certificados de gestão da qualidade (ISO 9001) e da segurança (ISO 45001).

**6.2 – Organização e pessoal**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador garantiu a atribuição de funções e responsabilidades ao pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização, designadamente no que respeita à conceção, implementação e manutenção do SGSPAG?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador assegurou a determinação das competências necessárias das pessoas que trabalham no estabelecimento, bem como a avaliação da competência dessas pessoas com base em escolaridade, formação ou experiência adequadas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador garantiu a consciencialização das pessoas que trabalham no estabelecimento para a prevenção de acidentes graves e para a melhoria contínua do controlo dos perigos de acidente grave?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

**6.3 – Identificação e avaliação de riscos de acidentes graves**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu procedimentos para a identificação sistemática dos perigos e a avaliação do risco de acidentes graves, aplicáveis a todas as atividades, incluindo subcontratadas, e fases relevante de funcionamento do estabelecimento (operações de rotina, arranque, paragem, manutenção)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu metodologias de identificação sistemática dos perigos e de avaliação do risco de acidentes graves, que incluam critérios de graduação e aceitabilidade do risco e a necessidade de identificação de medidas de prevenção e/ou mitigação?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador aplicou os resultados das metodologias mencionadas no ponto anterior, na definição e/ou atualização de objetivos, instruções de trabalho e outros documentos relacionados com a prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Observações:**

A avaliação periódica dos riscos era realizada de acordo com a Instrução de Trabalho 10.07. A última atualização datava de junho de 2021. A avaliação de riscos abrangia os seguintes processos: aprovisionamento e armazenagem de CL; enchimento de CL em carros tanque; abastecimento de CL à navegação.

**6.4 – Controlo operacional**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador identificou as atividades relevantes do ponto de vista de segurança e prevenção de acidentes graves, com base em informação atualizada sobre perigos inerentes aos processos, produtos e equipamentos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador estabeleceu, implementou e mantém procedimentos e instruções de segurança para as atividades identificadas nos termos do ponto anterior, que permitam a sua execução em condições de segurança?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador estabeleceu autorizações de trabalho para as atividades consideradas relevantes, que incluam a avaliação prévia do risco associado, a definição de responsabilidades para a sua emissão, a duração da autorização e as condições de segurança necessárias à realização das atividades?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador estabeleceu, implementou e mantém planos de calibração, ensaio, manutenção e inspeção aos equipamentos e instrumentação críticos do ponto de vista de segurança, os quais devem incluir a gestão do risco associado ao envelhecimento e corrosão?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O operador assegurou a gestão da informação relativa aos perigos e utilização segura das substâncias perigosas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

Na documentação dos sistemas de gestão implementados no estabelecimento estavam contemplados diversos procedimentos e instruções que visavam garantir a integridade dos equipamentos e a segurança das operações e instalações.

Os trabalhos de entidades externas dentro do estabelecimento estavam sujeitos à emissão de autorização de trabalhos.

**6.5 – Gestão das modificações**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos para a gestão de modificações que possam afetar o controlo do risco de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

O operador definiu um procedimento para gestão das modificações que consta da Instrução de Trabalho 10.09.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 6.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador adotou e implementou procedimentos para identificar situações de emergência previsíveis, de modo a serem integradas no Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador adotou e implementou procedimentos para preparar, testar e rever o Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O Plano de Emergência Interno foi divulgado junto dos trabalhadores do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador efetua a avaliação do desempenho na sequência da ocorrência de acidentes ou incidentes e exercícios de aplicação do Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### Observações:

As potenciais emergências incluídas no Plano de Emergência Interno foram identificadas com base numa análise de risco. Eram realizados exercícios internos para treino da aplicação do plano de emergência com periodicidade mensal (em conjunto com o pessoal afeto ao parque de GPL). A avaliação do desempenho na aplicação do plano consta do relatório elaborado após cada exercício.

#### 6.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu objetivos específicos relevantes para a prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu e implementou procedimentos para monitorizar, em intervalos planeados, o desempenho ao nível de segurança para a prevenção de acidentes graves e do desempenho do SGSPAG?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador implementou procedimentos para gerir acidentes (incluindo o reporte obrigatório), incidentes e não conformidades?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### Observações:

O operador elaborou um quadro de objetivos do sistema integrado de gestão (AQS) para o ano de 2021, cuja evolução é controlada trimestralmente. Existe ainda um controlo e monitorização contínuos em resultado da aplicação das medidas constantes das várias instruções de trabalho.

Estavam implementados procedimentos para a gestão de não conformidades, independentemente da respetiva origem (instruções de trabalho 10.02 e 10.03).

O procedimento para comunicação de acidentes estava previsto no capítulo 8.2 do plano de emergência interno. O operador apenas previa comunicar o acidente à autoridade ambiental (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas) e à entidade licenciadora (Direção Regional da Energia), conforme estabelecido no artigo 89.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro. Recomenda-se que o procedimento seja alterado de modo a alargar a comunicação à Inspeção Regional do Ambiente e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, em conformidade com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 6.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos que assegurem a realização de auditorias internas de forma a determinar se o SGSPAG está em conformidade e é eficazmente implementado e mantido?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Os resultados das auditorias internas são comunicados à gestão relevante e a outros destinatários que sejam considerados pertinentes?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento de nível superior assegurou a realização de auditoria por verificador qualificado pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador assegurou a revisão do SGSPAG, ao nível da gestão de topo, de forma a assegurar que este sistema continua adequado, suficiente e eficaz?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### Observações:

O operador realiza auditorias internas com periodicidade anual aos requisitos dos referenciais de qualidade e segurança e ao SGSPAG.

A revisão do SGSPAG ao nível da gestão de topo é realizada com periodicidade anual (data da ata da reunião da última revisão: 31/03/2021).

#### 6.9 – Deveres gerais do operador

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) Face ao grau de cumprimento dos requisitos elencados nos pontos 6.1 a 6.8. o empregador tomou as medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Tendo-lhe sido solicitado no âmbito da inspeção, o operador forneceu à Inspeção Regional do Ambiente as informações e comprovativos sobre a adoção das medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### Observações:

### 7 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- Decorreram mais de 3 anos desde a última revisão do plano de emergência interno, realizada em junho de 2018. O incumprimento do dever de atualização de três em três anos do plano de emergência interno, constitui contraordenação leve, nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

**8 – Indicações e medidas adotadas**

**Indicações transmitidas:**

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à DRAAC para conhecimento.

Ponta Delgada, 8 de outubro de 2021

O Inspetor Superior Principal

*Paulo Martins Rios*